A SICC, a mediação e a Convenção de Singapura: consequências práticas para clientes e assessores

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A SICC, o SIMC e a Convenção de Singapura ampliam as opções das partes ao redigir uma cláusula de solução de controvérsias. A arbitragem no SIAC continua sendo a escolha padrão para a maioria dos contratos transfronteiriços na Ásia, porque a Convenção de Nova York oferece a mais ampla rede de execução. A SICC torna-se atraente quando se deseja a possibilidade de recurso, quando vários contratos e partes precisam ser reunidos num único processo, quando uma decisão publicada tem valor como precedente ou quando as contrapartes estão em Estados vinculados à Convenção da Haia sobre Acordos de Eleição de Foro. A mediação é adequada a controvérsias em que as partes querem preservar uma relação, o que muitas vezes ocorre entre bancos e seus clientes de longa data ou dentro de grupos familiares.

A escolha também depende de onde estão os bens. Uma sentença da SICC é executável sem dificuldade em Singapura e, por força de tratado, na Europa e no Reino Unido. A execução na China, na Índia ou na Indonésia ainda depende da reciprocidade e da postura dos tribunais locais. Estruturas patrimoniais com bens em

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

várias jurisdições devem, por isso, ser revistas tendo em vista o mapa da execução. O capítulo E.IV discute as estruturas de trust e de holding pelas quais esses bens costumam ser detidos.

As instituições financeiras têm razões particulares para olhar para o tribunal. Controvérsias sobre derivativos, empréstimos sindicalizados e produtos estruturados frequentemente giram em torno de questões de interpretação que se repetem em muitos contratos. Uma decisão publicada da SICC, proferida por um colegiado que pode incluir antigos dirigentes do Judiciário inglês e australiano, pode resolver uma dessas questões para um mercado inteiro, algo que uma sentença arbitral confidencial não consegue fazer. O direito de recurso protege um banco contra uma decisão de primeira instância aberrante sobre uma cláusula padrão. Quando a confidencialidade pesa mais, como em controvérsias sobre a condução de uma relação com um cliente private, a arbitragem ou a mediação continuam sendo os melhores instrumentos. Para family offices e trustees, o equilíbrio é outro. Controvérsias dentro de uma família ou entre beneficiários e trustees costumam ser mais bem resolvidas por mediação, porque as partes continuarão a compartilhar bens, empresas e reputações depois de encerrada a controvérsia. Os protocolos do SIMC permitem inserir essa mediação num procedimento formal desde o início, de modo que um acordo possa receber imediatamente a força de uma sentença arbitral ou de uma ordem judicial.

- Escolher de forma deliberada entre a arbitragem no SIAC, a SICC e o contencioso judicial comum, considerando a necessidade de recurso, a inclusão de terceiros, a confidencialidade e a localização dos bens.
- Se a escolha recair sobre a SICC, usar um acordo de eleição de foro exclusivo e escrito, para que a Convenção da Haia sobre Acordos de Eleição de Foro se aplique e a competência do tribunal fique fora de discussão.
- Verificar se o caso provavelmente será offshore antes de contar com advogados estrangeiros para conduzi-lo.
- Considerar se as partes desejam excluir ou limitar o direito de recurso e registrar essa escolha expressamente.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

- Para arbitragens com sede em Singapura, considerar acrescentar a cláusula-modelo da SICC para processos com base no International Arbitration Act 1994.
- Incluir uma cláusula Arb-Med-Arb ou Lit-Med-Lit quando a mediação for realista, para que um acordo possa ser registrado como consent award ou ordem judicial.
- Quando um acordo obtido em mediação autônoma puder ter de ser executado no exterior, declarar expressamente que se aplica a Convenção de Singapura sobre Mediação e verificar se o Estado da execução é parte e quais reservas fez.
- Mapear os bens da contraparte e verificar o caminho de execução disponível em cada jurisdição: Convenção da Haia, REFJA, memorando de orientação ou direito geral.
- Manter a cláusula compatível com as normas imperativas de proteção do consumidor e com os sistemas regulatórios de reclamações quando houver clientes private envolvidos.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.